



EUA PODEM REVER TARIFAÇÃO SOBRE CAFÉ E CARNE, DIZ TEBET

A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, disse acreditar na possibilidade de o governo dos Estados Unidos recuar da aplicação da sobretaxa de 50% a alguns itens que foram inclusos no tarifaço, destacando a carne e o café.

Após anunciar a sobretaxa, o presidente americano, Donald Trump, assinou o decreto que formalizava a tarifa removendo quase 700 itens. No entanto, carne e café continuaram taxados.

"A única coisa que ficou de fora [das isenções] nos Estados Unidos, que realmente é caro para o paladar deles, é a carne e o café. O resto eles se reposicionam, e algumas frutas.

Então nós acreditamos que a hora que eles olharem os números inflacionários desses produtos e a hora que eles fizerem a pesquisa de opinião pública, que obviamente eles fazem, eles vão reposicionar esses produtos no mercado", disse ela a jornalistas.

Tebet disse ainda que ainda há uma expectativa de que os EUA adiem o começo da vigência das tarifas -atualmente estabelecido para esta quinta-feira (7).

"A gente pode ter uma surpresa nos próximos dias. É do interesse deles, eles não querem inflacionar o café da manhã, o hambúrguer do final de semana", estimou ela. "Não há absolutamente lógica nenhuma, até elei-

toral interna americana, se eles estiverem pensando também em reeleição."

Tebet disse que essas perspectivas vieram de uma série de conversas com empresários do setor.

"Por interesse deles, a carne e o café têm muito mais desvantagem do que nós. O café porque o Vietnã também teve um problema de safra. A gente consegue reposicionar, ainda que não amanhã, mas a curto prazo, esses dois produtos. A carne é virar uma chave. O frigorífico deixa de fazer o corte específico para os Estados Unidos, mas o boi é o mesmo. Então ele só faz o corte específico para outros países."

Folhapress



DESTAQUES DO DIA



Preços aumentam menos que a inflação, e vendas do Dia dos Pais devem crescer neste ano

Lula diz que não ligará para negociar com Trump porque americano 'não quer falar'

Aliados de Bolsonaro no Congresso pedem anistia, impeachment de Moraes e fim de foro

Pix não foi criado para que governo arrecadasse impostos, diz Campos Neto



Setor mineral tentará incluir cobre e vanádio na lista das exceções de sobretaxa de Trump



NO MUNDO

Oitenta anos após Hiroshima, mundo normaliza a bomba atômica



"Meu Deus, o que nós fizemos? Quantos nós matamos?", escreveu em agosto de 1945 Robert Lewis, copiloto do avião americano que havia lançado no dia 6 daquele mês a primeira bomba atômica empregada em guerra na história, sobre Hiroshima, no Japão.

A cidade portuária foi incinerada. Com ela, foram queimados metade dos 140 mil mortos no ataque; o restante padecia sob os efeitos de queimaduras e da radiação.

Três dias depois, a conta da "Morte, a Destruidora de Mundos" evocada do clássico hindu "Bhagavad Gita" pelo americano J. Robert Oppenheimer ao ver o poder da arma que criara, subiu para talvez 200 mil com a

obliteração de Nagasaki. Passados 80 anos, o saldo dos dois únicos empregos em guerra dos mais potentes armamentos já desenvolvidos permaneceu congelado, ainda que os números finais sejam imprecisos. Até aqui, a bomba ganhou mais potência e versatilidade, mas nunca mais foi jogada sobre seres humanos.

Isso e o fato de que há hoje nove potências nucleares, e não as dezenas que o governo americano antevia nos anos 1960, sugerem um sucesso na contenção da proliferação do meio de destruição em massa.

Para a maioria absoluta dos especialistas no assunto, porém, apenas escamoteiam uma realidade sombria: a histeria da aniquilação iminente

percebida na Guerra Fria foi primeiro substituída pela negação, no período após o fim da União Soviética em 1991, e agora por uma normalização da bomba pelos países que a operam e não pretendem deixá-la de lado.

Exemplos não faltam. Donald Trump, em seu primeiro mandato, ampliou os cenários em que é possível empregar a bomba e retirou os Estados Unidos de 2 dos 3 tratados de controle de armas que garantiram a estabilidade nos pós-Guerra Fria.

Na semana passada, o republicano ameaçou Moscou com submarinos nucleares, e ele investe milhões de dólares para tentar tirar do papel um escudo contra mísseis chamado Domo Dourado.

Igor Gielow/Folhapress

Israel volta a permitir entrada de produtos em Gaza para comércio local

Israel anunciou nesta terça-feira (5) que vai voltar a permitir a entrada de mercadorias na Faixa de Gaza para comércio local após meses. A medida ocorre após cenas de palestinos famintos em meio ao bloqueio que Tel Aviv impõe ao território desencadeando pressão internacional inédita sobre o Estado judeu.

"O Ministério da Defesa aprovou um número limitado de comerciantes locais, que devem seguir vários critérios e controles de segurança rigorosos", afirmou comunicado do Cogat (Coordenador de Atividades Governamentais nos Territórios, na sigla em inglês).

Os produtos aprovados incluem alimentos básicos, comida para bebês, frutas, vegetais e produtos de higiene, e o pagamento das mercadorias deve ser efetuado apenas por meio de transferências bancárias, que serão submetidas a uma supervisão, segundo as autoridades israelenses.

De acordo com o jornal Haaretz, as mercadorias sairão da Cisjordânia carregadas em caminhões israelenses e seguirão para a passagem de Kerem Shalom, no sul de Gaza, onde os comerciantes locais receberão os produtos antes de vendê-los aos moradores. Trata-se de um esquema parecido com o que vigorava antes de Israel bloquear totalmente a entrada de ajuda, em março.

O Cogat, órgão subordinado ao Ministério da Defesa e responsável por questões civis em Gaza e Cisjordânia, disse que o objetivo é aumentar o volume de ajuda e "reduzir a dependência da assistência por parte da ONU e das organizações internacionais".

O território, que é totalmente dependente da ajuda humanitária, sofre "o pior cenário possível" de fome, afirmou na semana passada o IPC (Classificação Integrada de Fases de Segurança Alimentar).

Folhapress

Trump e Zelenski discutem sanções a Putin antes do fim do ultimato



Em meio à escalada da guerra tarifária de Donald Trump, o presidente americano conversou nesta terça (5) com o ucraniano Volodymyr Zelenski sobre novas sanções que deverão ser aplicadas à Rússia a partir da sexta (8).

Naquele dia vence o prazo dado pelo republicano a Vladimir Putin para aceitar uma trégua no conflito iniciado por ele em fevereiro de 2022. Se não o fizer, como é considerado certo, o russo estará sujeito a novas punições econômicas.

Zelenski não detalhou a conversa, que classifi-

cou como produtiva. Em ocasiões anteriores neste mandato iniciado em janeiro, Trump falou com Putin antes de ligar para o ucraniano. O telefonema agora simboliza a mudança de disposição do americano, que vinha até aqui abraçando a visão russa do conflito.

Mais significativo, a conversa ocorreu um dia antes da chegada do negociador americano Steve Witkoff a Moscou. Ele deverá conversar com Putin, mas o consenso no entorno do Kremlin é que dificilmente haverá um acordo significativo.

O russo, segundo disseram pessoas com acesso ao núcleo do poder à Folha

de S.Paulo, está satisfeito com os avanços em campo e crê que pode suportar bem novas sanções pelo menos até o fim do ano. A ressalva óbvia é que ninguém sabe exatamente o que Putin pensa, logo sempre pode haver surpresas.

Desta vez, contudo, o alvo principal delas não é a Rússia em si, já objeto de sanções draconianas desde o início da guerra. Até porque sua eficácia é duvidosa, dada a circunavegação das punições feita pela Rússia e a manutenção do esforço de guerra, os Estados Unidos agora miram nos aliados de Moscou.

Igor Gielow/Folhapress

DATA
MERCANTIL

São Paulo

● JORNAL DATA MERCANTIL LTDA.
CNPJ nº 35.960.818/0001-30
Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000

● Tel.: 11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br

● EDITORIAL: Daniela Camargo
● COMERCIAL: Tiago Albuquerque
● Serviço Informativo: FolhaPress, Agência Brasil, Senado, Câmara, Istoé-Dinheiro, Notícias Agrícolas.

Rodagem:
Diária

Fazemos parte
da



ECONOMIA

Preços aumentam menos que a inflação, e vendas do Dia dos Pais devem crescer neste ano



O Dia dos Pais deste ano será mais caro do que o do ano passado, segundo levantamento da FecomercioSP (Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo). A pesquisa se baseia em uma cesta de 23 produtos comumente procurados para presentear na data.

O estudo aponta uma alta média de 3,41% nos preços desses itens. Apesar disso, o aumento ficou abaixo da inflação acumulada em 12 meses, de 5,3%. Com isso, mesmo com alguns produtos mais caros, o cenário é considerado positivo para o consumo, e o poder de compra tende a ser maior neste ano. No ano passado,

no mesmo estudo, a cesta tinha subido 2,51%.

Guilherme Dietze, economista e assessor econômico da FecomercioSP, diz que a expectativa é que o Dia dos Pais deste ano registre crescimento no volume de vendas em relação ao ano passado. Emprego aquecido e aumento da renda das famílias estão entre os fatores que explicam a melhora no poder de compra, afirma. Segundo ele, o cenário de parte dos itens abaixo da inflação e da renda média em alta beneficia consumidores e empresas.

Apesar dos indicadores positivos, os consumidores devem se atentar aos riscos de endividamento, com cuidado para compras em que o crédito caro

deve ter maiores efeitos.

Apesar dos juros mais altos, no entanto, Dietze diz que o consumidor costuma olhar mais para o custo final da compra, ou seja, para o que terá que pagar na prática, e não para o custo do crédito. Com isso, o emprego aquecido, a inflação mais moderada do que no início do ano e a renda em elevação devem sustentar o cenário favorável para compras, estima a FecomercioSP.

Segundo o levantamento da FecomercioSP, dentre os itens que mais subiram, destacam-se os consoles de videogames (7,15%), os produtos para cabelo (6,97%), os instrumentos musicais (6,83%) e as camisetas (6,05%).

Julia Galvão/Folhapress

Pix não foi criado para que governo arrecadasse impostos, diz Campos Neto



Em seu primeiro compromisso público como executivo do Nubank, Roberto Campos Neto, ex-presidente do Banco Central, afirmou que o Pix é um bem público que não foi criado para que o governo arrecade impostos ou para gerar lucro ao BC.

"Ele não foi criado para eliminar a concorrência, nem para que o Banco Central ficasse rico, porque o Banco Central não ganha dinheiro. Ele também não foi criado para que o governo arrecadasse impostos. Ele foi criado para empoderar as pessoas", disse em videocast do Nubank publicado nesta terça-feira (5).

O economista também abordou brevemente a atual investigação dos Estados Unidos sobre o meio de

pagamento brasileiro como uma possível prática desleal em relação a serviços de pagamentos eletrônicos.

"Esse barulho que estamos vendo agora é provavelmente passageiro. No fim das contas, cada vez mais pessoas, até mesmo aquelas que estão criticando o Pix agora, percebem que o Pix trouxe uma transformação muito importante para um país como o Brasil", afirmou Campos Neto.

O vice-chairman do Nubank também contou ter recebido mensagens de diversos países sobre o Pix, curiosos com a funcionalidade da solução.

"Recebi mensagens da maioria dos presidentes de bancos centrais quando alguns artigos começaram a aparecer, dizendo: 'Como

BC acompanha tarifaço e vê juro alto por tempo "bastante prolongado"

Incertezas provocadas pelo tarifaço dos Estados Unidos e as expectativas de inflação não caminhando para a meta são elementos que fizeram com que o Banco Central (BC) veja a taxa básica de juros em patamar alto por "período prolongado de tempo".

A explicação está na ata da última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do BC, divulgada nesta terça-feira (5). O colegiado decidiu, na quarta-feira (30), manter a taxa básica da economia, a Selic, em 15% ao ano, nível mais alto desde julho de 2006 (15,25%).

A meta de inflação que deve ser perseguida pelo BC é de 3%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 1,5% e o superior é 4,5%.

Atualmente, a inflação oficial, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), está em 5,35% em 12 meses.

No documento que fundamenta a decisão do

Copom, o colegiado afirma que o cenário de inflação segue desafiador em diversas dimensões e cita o ambiente externo, "mais adverso e incerto".

"A elevação por parte dos Estados Unidos das tarifas comerciais para o Brasil tem impactos setoriais relevantes e impactos agregados ainda incertos a depender de como se encaminharão os próximos passos da negociação e a percepção de risco inerente ao processo", registra a ata.

A reunião da quarta-feira passada terminou horas depois de o governo americano impor tarifa de 50% a grande parte dos itens que o Brasil vende para os americanos.

Para o Copom, essa incerteza faz o colegiado "preservar uma postura de cautela".

Somadas à incerteza internacional, o Copom enfatiza que as expectativas de inflação no Brasil estão desancoradas, isto é, não caminhando para o centro da meta do governo.

Bruno Moura/Folhapress

isso é possível?'. Quero dizer, o sistema funciona tão bem. Tem sido uma inspiração para outros países da América Latina e de outros lugares", afirma Campos Neto.

Ele mencionou a eventual implementação de sistemas de pagamento instantâneo no México, na Colômbia e na Coreia do Sul.

Para Campos Neto, o Pix é apenas o começo da inovação tecnológica que irá revolucionar a economia, o que inclui open finance e tokenização.

"O Pix fazia parte de um plano, de uma ideia ou de uma visão sobre como tornar a intermediação financeira mais inclusiva e mais competitiva."

Júlia Moura/Folhapress

POLÍTICA

Lula diz que não ligará para negociar com Trump porque americano 'não quer falar'



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) disse nesta terça-feira (5) que não pretende ligar para Donald Trump porque "ele não quer falar".

Trump, que aplicou uma sobretaxa de 50% sobre produtos brasileiros, sinalizou na semana passada que poderia conversar com Lula para negociar o tarifaço quando o petista quiser.

"Não vou ligar para o Trump para negociar nada não porque ele não quer falar. Mas pode ficar certo, Marina [Silva, ministra do Meio Ambiente]. Eu vou ligar para o Trump para convidá-lo para vir para COP [reunião global do clima da ONU], que eu quero saber o que é que ele pensa da questão climática.

Vou ter a gentileza de ligar", disse Lula, durante reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável, o Conselho.

"Vou ligar para ele, para o Xi Jinping [dirigente da China], para o [Nerandra] Modi [premiê da Índia]. Só não vou ligar para o [presidente da Rússia, Vladimir] Putin porque ele não tá podendo viajar. Se [Trump] não vier, é porque não quer. Mas não será por falta de delicadeza, charme e democracia", disse Lula.

Na sexta (1), Trump disse que Lula poderia falar com ele para discutir as tarifas. "Ele pode falar comigo quando ele quiser". No mesmo dia, o presidente brasileiro afirmou que o governo trabalha pela proteção da economia brasileira.

"Sempre estivemos abertos ao diálogo. Quem define os rumos do Brasil são os brasileiros e suas instituições. Neste momento, estamos trabalhando para proteger a nossa economia, as empresas e nossos trabalhadores, e dar as respostas às medidas tarifárias do governo norte-americano", declarou nas redes sociais.

Além da sobretaxa de 50% sobre produtos brasileiros, o governo Trump aplicou sanções financeiras contra o ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Alexandre de Moraes. Como condição para negociar as sanções, a Casa Branca tem pressionado por uma anistia para o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), aliado de Trump.

Folhapress

Aliados de Bolsonaro no Congresso pedem anistia, impeachment de Moraes e fim de foro



Parlamentares bolsonaristas reagiram à prisão domiciliar do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) com uma ofensiva por três medidas chamadas por eles nesta terça-feira (5) de "pacote da paz": a aprovação de uma anistia aos golpistas do 8 de Janeiro, o impeachment do ministro do STF Alexandre de Moraes e o fim do foro especial.

Em entrevista de imprensa coletiva, deputados e senadores aliados de Bolsonaro pressionaram o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), e afirmaram que a oposição vai paralisar os trabalhos na Câmara dos Deputados e no Senado.

"É necessário que Alcolumbre tenha estatura

nesse momento e que ele permita a abertura de um processo por crime de responsabilidade em desfavor do ministro Alexandre de Moraes", cobrou líder da oposição no Senado, Rogério Marinho (PL-RN). "[O foro privilegiado] transformou-se em uma arma de subordinação e coação do Legislativo."

Filho mais velho de Bolsonaro, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) afirmou que a prisão domiciliar do pai dá mais força política a eles, mas disse lamentar a situação.

Flávio afirmou que houve uma "aberração jurídica", além de uma "pseudomotivação para que se antecipasse o cumprimento de sentença", ao

refutar qualquer ilegalidade no vídeo publicado por ele nas redes sociais que motivou a prisão domiciliar de Bolsonaro.

Durante manifestação no Rio de Janeiro, no domingo (3), Flávio ligou para o pai e transmitiu a chamada. No telefonema, o ex-presidente disse: "Obrigado a todos. É pela nossa liberdade, nosso futuro, nosso Brasil. Sempre estaremos juntos".

Na decisão em que determinou a prisão domiciliar, Moraes afirmou que Bolsonaro descumpriu medidas cautelares impostas após a operação de 18 de julho quando o ex-presidente foi obrigado a colocar tornozeleira eletrônica e proibido de usar redes sociais.

Folhapress

PUBLICIDADE LEGAL

Santo Atílio Agroflorestal S.A.

em constituição

Escritura Pública de Constituição de Sociedade por Ações, Subsidiária Integral
Em 13/06/2025 lavro esta escritura, nesta cidade de São Paulo/SP, cujas assinaturas são colhidas sob a forma do Provimento CNJ 149/2023, forma pela qual se fazem presentes, perante mim, escrevente do 30º Tabelião de Notas da Comarca de Capital de São Paulo, as seguintes "Partes": como "Outorgante", **Austral II Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia**, fundo de investimento constituído sob a forma de condomínio fechado, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 51.850.217/0001-21, regida por seu Regulamento datado de 13/11/2024, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2012, Conjunto 141, Andar 14, Jardim Paulistano, São Paulo-SP, neste ato representado por seu gestor **Copa Gestão de Investimentos Ltda.**, com sede na Rua Jerônimo da Veiga, nº 164, 16º andar, conjunto 16-E, São Paulo/SP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.335.579/0001-10, autorizada a prestar serviços de administração de carteira de valores mobiliários pelo Ato Declaratório da CVM nº 12.335, de 17/05/2012, registrada perante a Junta Comercial de São Paulo (JUCESP) sob NIRE 35.226.471-50-0, regida por seu contrato social consolidado nos termos da "15ª Alteração e Consolidação de Contrato Social", datada de 15/03/2024 e registrada perante a JUCESP, em sessão de 08/04/2024 sob nº 141.610/24-4 (não constam arquivamentos posteriores, conforme ficha cadastral expedida pela JUCESP em 28/05/2025), neste ato representada nos termos da cláusula 6ª do seu referido contrato social por seu "Diretor de Gestão" **Fernando Ribeiro Fortes Abucham**, portador da Carteira Nacional de Habilitação - CNH expedida pelo DETRAN/SP sob registro nº 02730836483, em que consta a cédula de identidade nº 26607553-SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 048.731.858-74, detentor do e-mail fa@copainvest.com.br; e como "Diretor Executivo", **Marcelo Maris Sales**, portador da Carteira Nacional de Habilitação - CNH expedida pelo DETRAN/SP sob registro nº 00635896792, em que consta a cédula de identidade nº 24140174-SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob nº 262.349.228-05, detentor do e-mail ms@copainvest.com.br; ainda como "Intervenientes Anuentes" (Diretores Eleitos): **Fernando Ribeiro Fortes Abucham, Marcelo Maris Sales supra qualificados, e Apolônio Jorge Maris Sales**, portador da Carteira Nacional de Habilitação - CNH expedida pelo DETRAN/SP sob registro nº 00884814902 em que consta a cédula de identidade nº 29499988-SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 222.315.308-99; e, como "Advogada", **Thaisla Carolina Carvalho**, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o nº 495.109, portadora do RG nº 37.250.877-7-SSP/SP, inscrita no CPF sob o nº 456.674.448-52, detentora do e-mail thaisla@querenciaagroflorestal.com.br; **Da Identidade e da Capacidade das Partes.** A verificação da regularidade da representação das Partes e a identificação dos presentes foram feitas em vistas aos documentos apresentados no original e retro mencionados, estando os presentes plenamente capazes e em gozo de perfeito juízo e entendimento, ao que dou fé pública. Os referidos representantes declararam, em relação às sociedades que ora representam, sob responsabilidade pessoal, que não existem outros atos societários mais atuais aos retro indicados ou que de algum modo os alterem. Os presentes declaram que todos os dados de qualificação pessoal acima mencionados são verdadeiros e estão atualizados. **Da Finalidade do Ato.** Por este ato, as Partes desejam realizar a assembleia geral de constituição da Sociedade por Ações, subsidiária integral, denominada **Santo Atílio Agroflorestal S.A.**, nos termos abaixo.

Ata de Assembleia Geral de Constituição de Sociedade por Ações, Subsidiária Integral - realizada em 13 de junho de 2025

1. Data, Hora e Local: Em 13/06/2025, às 16h, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, cujas assinaturas são colhidas sob a forma do Provimento CNJ 149/2023. **2. Presença:** **Austral II Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia**, representada pela gestora **Copa Gestão de Investimentos Ltda.** **3. Acionista:** **Austral II Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia**, fundo de investimento constituído sob a forma de condomínio fechado, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 51.850.217/0001-21, regida por seu Regulamento datado de 13/11/2024, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2012, Conjunto 141, Andar 14, Jardim Paulistano, São Paulo-SP. **4. Convocação:** Dispensada convocação prévia consoante disposto no parágrafo 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76. **5. Ordem do Dia:** a) Constituição de uma sociedade de capital fechado - subsidiária integral, leitura, discussão e aprovação do estatuto; b) Subscrição e forma de integralização das ações; c) Eleição dos membros para composição da Diretoria; d) Eleição do Conselho Fiscal; e) A lavratura da presente ata na forma de sumário. **6. Deliberações:** Acionistas, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas ou restrições, aprovaram: **a. O Estatuto Social:** Aprovar a constituição de uma sociedade anônima sob a denominação **Santo Atílio Agroflorestal S.A.**, com sede e foro na Rua Jerônimo da Veiga, nº 164, Conjunto 16-G Parte, Jardim Europa, São Paulo-SP e Aprovar o projeto de Estatuto Social da Companhia, dando-se assim por efetivamente constituída a **Santo Atílio Agroflorestal S.A.**, em razão do cumprimento de todas as formalidades legais. **b. Subscrição e Forma de Integralização das Ações:** Aprovar o capital social inicial de R\$ 1.000,00, representado por 1.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 1,00 cada uma, totalmente subscritas neste ato. O capital está integralizado em 100%. **c. Eleição dos Membros da Diretoria:** Eleger os Srs. **(a) Fernando Ribeiro Fortes Abucham**, portador da Cédula de Identidade RG nº 26.607.553 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 048.731.858-74, para o cargo de Diretor sem designação específica; **(b) Marcelo Maris Sales**, portador da Cédula de Identidade RG nº 24.140.174-4 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 262.349.228-05, para o cargo de Diretor sem designação específica; e **(c) Apolônio Jorge Maris Sales**, portador da cédula de identidade RG nº 29.499.988-7 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 222.315.308-99, todos com mandato de 3 anos, os quais declaram estar incursos em nenhum dos crimes previstos em lei que os impeçam de exercer atividade mercantil, e ato contínuo tomaram posse mediante termo lavrado e arquivado na sede da Companhia. Fixar a remuneração global anual dos membros da Diretoria em até R\$ 10.000,00. **d. Conselho Fiscal:** O Conselho Fiscal da Companhia, que não terá caráter permanente, e somente será instalado quando por solicitação dos acionistas, na forma da Lei, e será composto por 3 membros efetivos e 3 membros suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral que for requerido seu funcionamento. **e. Autorizar a lavratura desta ata na forma sumária, nos termos do artigo 130, do parágrafo 1º da Lei nº 6.404/76. Encerramento:** Nada mais a tratar, encerrou-se a Escritura de Assembleia, que foi aprovada pela unanimidade dos subscritores da Companhia, após a qual a presente ata foi lavrada, lida e assinada pelo presidente, diretores eleitos e acionistas. **Acionistas Presentes:** **Austral II Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia**, supra qualificada. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o NIRE 35.300.667.891 em 26/06/2025. Aloizio Epifânio Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.

PUBLICIDADE LEGAL

b.drops		B.Drops S/A		
		CNPJ/MF nº 12.787.333/0001-91		
Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)				
Ativo	2024	2023		
Circulante				
Caixa e Equivalentes de Caixa	174.404	292.072		
Contas a Receber de Clientes	917.122	632.915		
Outros Créditos	438.317	42.927		
Impostos a Recuperar	147.987	137.157		
Total do Ativo Circulante	1.677.832	1.105.072		
Não Circulante				
Imobilizado	3.035.498	2.961.741		
Consórcios/Outros Títulos	11.104	26.857		
Depreciação Acumulada	(2.607.761)	(2.414.319)		
Total do Ativo não Circulante	438.841	574.278		
Total do ativo	2.116.674	1.679.350		
Demonstrações do Resultado (Em Reais)				
	2024	2023		
Receitas				
Receita de Prestação de Serviços	5.607.490	5.584.783		
Deduções da Receita Bruta				
Impostos Incidentes sobre a Receita	(749.529)	(628.570)		
Receita Líquida	4.857.960	4.956.212		
Custos				
Custos dos Serviços Prestados	(1.105.364)	(1.474.662)		
Lucro Bruto	3.752.596	3.481.550		
Despesas e Receitas Operacionais				
Despesas Comerciais	(405.580)	(455.978)		
Despesas com Pessoal	(1.109.396)	(1.085.233)		
Despesas Administrativas	(3.334.712)	(2.187.595)		
Depreciação e Amortização	(193.442)	(398.324)		
Impostos e Taxas	(18.358)	(40.082)		
Outras Receitas	500	738		
	(5.061.987)	(4.166.475)		
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras	(1.309.391)	(684.925)		
Resultado financeiro	(266.528)	(350.214)		
Resultado antes dos Impostos	(1.575.919)	(1.035.139)		
IRPJ e CSLL	-	-		
Lucro (Prejuízo) do exercício	(1.575.919)	(1.035.139)		
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido dos exercícios findos em 31/12/2024 (Valores expressos em Reais - R\$)				
	Capital Social	Adto para futuro aumento de Capital	Prejuízos Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Históricos				
Capital Social	4.135.355	-	-	4.135.355
Aumento de Capital	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-
Prejuízo líquido do exercício	-	-	(1.035.139)	(1.035.139)
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	1.485.000	-	1.485.000
Saldos em 31/12/2023	4.135.355	1.485.000	(1.035.139)	3.100.216
Capital Social	4.135.355	-	-	4.135.355
Aumento de Capital	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-
Prejuízo líquido do exercício	-	-	(1.575.919)	(1.575.919)
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	1.485.000	-	1.485.000
Prejuízos Acumulados	-	-	(8.000.459)	(8.000.459)
Saldos em 31/12/2024	4.135.355	1.485.000	(9.576.378)	(3.956.023)
Diretoria				
Frederico Cristiano Naspolini Viante	Nelson Luis Boing			
Diretor	Contador CRC 50.018.3820/O			

Santo Ângelo Agroflorestal S.A.

(em constituição)

Escritura Pública de Constituição de Sociedade por Ações, Subsidiária Integral
Em 13/06/2025 lavrou esta escritura, nesta cidade de São Paulo/SP, cujas assinaturas são colhidas sob a forma do Provimento CNJ 149/2023, forma pela qual se fazem presentes, perante mim, escrevente do 30º Tabelião de Notas da Comarca de Capital de São Paulo, as seguintes "Partes": como "Outorgante", **Austral II Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia**, fundo de investimento constituído sob a forma de condomínio fechado, CNPJ/MF sob o nº 51.850.217/0001-21, regida por seu Regulamento datado de 13/11/2024, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2012, Conjunto 141, Andar 14, Jardim Paulistano, São Paulo-SP, neste ato representado por seu gestor **Copa Gestão de Investimentos Ltda.**, com sede na Rua Jerônimo da Veiga, nº 164, 16º andar, conjunto 16-E, São Paulo/SP, CNPJ/MF sob o nº 15.335.579/0001-10, autorizada a prestar serviços de administração de carteira de valores mobiliários pelo Ato Declaratório da CVM nº 12.335, de 17/05/2012, registrada perante a Junta Comercial de São Paulo (JUCESP) sob NIRE nº 35.226.471-50-0, regida por seu contrato social consolidado nos termos da "15ª Alteração e Consolidação de Contrato Social", datada de 15/03/2024 e registrada perante a JUCESP, em sessão de 08/04/2024 sob nº 141.610/24-4 (não constam arquivamentos posteriores, conforme ficha cadastral expedida pela JUCESP em 28/05/2025), neste ato representada nos termos da cláusula 6ª do seu referido contrato social por seu "Diretor de Gestão" **Fernando Ribeiro Fortes Abucham**, portador da Carteira Nacional de Habilitação - CNH expedida pelo DETRAN/SP sob registro nº 02730836483, em que consta a Cédula de Identidade nº 26607553-SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 048.731.858-74, detentor do e-mail fa@copainvest.com.br; e, como "Diretor Executivo", **Marcelo Maris Sales**, portador da Carteira Nacional de Habilitação - CNH expedida pelo DETRAN/SP sob registro nº 00635896792, em que consta a Cédula de Identidade nº 24140174-SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 262.349.228-05, detentor do e-mail ms@copainvest.com.br; ainda como "Intervenientes Anuentes" (**Diretores Eleitos**): **Fernando Ribeiro Fortes Abucham**, **Marcelo Maris Sales** supra qualificados, e, **Apolonio Jorge Maris Sales**, portador da Carteira Nacional de Habilitação - CNH expedida pelo DETRAN/SP sob registro nº 00884814902 em que consta a cédula de identidade nº 29499988-SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 222.315.308-99; e, como "Advogada", **Thaisia Carolina Carvalho**, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o nº 495.109, portadora do RG nº 37.250.877-7-SSP/SP, inscrita no CPF sob o nº 456.674.448-52, detentora do e-mail thaisia@querenciaagroflorestal.com.br; **Da Identidade e da Capacidade das Partes**. A verificação da regularidade da representação das Partes e a identificação dos presentes foram feitas em vistas aos documentos apresentados no original e retro mencionados, estando os presentes plenamente capazes e em gozo de perfeito juízo e entendimento, ao que dou fé pública. Os referidos representantes declararam, em relação às sociedades que ora representam, sua responsabilidade pessoal, que não existem outros atos societários mais atuais aos retro indicados ou que de algum modo os alterem. Os presentes declaram que todos os dados de qualificação pessoal acima mencionados são verdadeiros e estão atualizados. **Da Finalidade do Ato**. Por este ato, as Partes desejam realizar a assembleia geral de constituição da Sociedade por Ações, subsidiária integral, denominada **Santo Ângelo Agroflorestal S.A.**, nos termos abaixo.

Ata de Assembleia Geral de Constituição de Constituição de Sociedade por Ações, Subsidiária Integral - realizada em 13 de junho de 2025

1. Data, Hora e Local: Em 13/06/2025, às 16h00minutos, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, cujas assinaturas são colhidas sob a forma do Provimento CNJ 149/2023. **1. Presença:** **Austral II Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia**, representada pela gestora **Copa Gestão de Investimentos Ltda.** **2. Convocação:** Dispensada convocação prévia consoante disposto no parágrafo 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76. **3. Acionista:** **Austral II Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia**, fundo de investimento constituído sob a forma de condomínio fechado, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 51.850.217/0001-21, regida por seu Regulamento datado de 13/11/2024, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2012, Conjunto 141, Andar 14, Jardim Paulistano, São Paulo-SP. **4. Ordem do Dia:** **a)** Constituição de uma sociedade de capital fechado - subsidiária integral, leitura, discussão e aprovação do estatuto social; **b)** Subscrição e forma de integralização das ações; **c)** Eleição dos membros para composição da Diretoria; **d)** Eleição do Conselho Fiscal; **e)** A lavratura da presente ata na forma de sumário, nos termos do artigo 130, § 1º, da Lei nº 6.404/76. **5. Deliberações:** Acionistas, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas ou restrições, aprovaram: **a) O Estatuto Social:** Aprovar a constituição de uma sociedade anônima sob a denominação **Santo Ângelo Agroflorestal S.A.**, com sede e foro na Rua Jerônimo da Veiga, nº 164, Conjunto 16-C Parte, Jardim Europa, São Paulo-SP, e Aprovar o projeto de Estatuto Social da Companhia, dando-se assim por efetivamente constituída a **Santo Ângelo Agroflorestal S.A.**, a qual iniciará suas atividades, logo após o cumprimento de todas as formalidades legais para este tipo societário. **b) Subscrição e Forma de Integralização das Ações:** Aprovar o capital social inicial de R\$ 1.000,00, representado por 1.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 1,00 cada uma, totalmente subscritas neste ato. O capital está integralizado em 100%. **c. Eleição dos Membros da Diretoria:** Eleger os Srs. **(a) Fernando Ribeiro Fortes Abucham**, portador da Cédula de Identidade RG nº 26.607.553-SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 048.731.858-74, para o cargo de Diretor sem designação específica; **(b) Marcelo Maris Sales**, portador da Cédula de Identidade RG nº 24.140.174-4-SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 262.349.228-05, para o cargo de Diretor sem designação específica; e, **(c) Apolônio Jorge Maris Sales**, portador da cédula de identidade RG nº 29.499.988-7-SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 222.315.308-99, todos com mandato de 3 anos, os quais declaram estar incursos em nenhum dos crimes previstos em lei que os impeçam de exercer atividade mercantil, e ato contínuo tomaram posse mediante termo lavrado e arquivado na sede da Companhia. Fixar a remuneração global anual dos membros da Diretoria em até R\$ 10.000,00. **d. Conselho Fiscal:** O Conselho Fiscal da Companhia, que não terá caráter permanente, e somente será instalado quando por solicitação dos acionistas, na forma da Lei, e será composto por 3 membros efetivos e 3 membros suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral que for requerido seu funcionamento. **e.** Autorizar a lavratura desta ata na forma sumária. **Encerramento:** Nada mais a tratar, encerrou-se a Escritura de Assembleia, após a qual a presente ata foi lavrada, lida e assinada pelo presidente, diretores eleitos e acionistas. **8. Acionistas Presentes:** **Austral II Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia**, supra qualificada. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº NIRE 35.300.668.006 em 26/06/2025. Aloizio Epifanio Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.

CROTONE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ 61.370.997/0001-66 - NIRE 35.300.667.298

ASSEMBLEIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO

Data, Hora e Local: 13/05/2025, às 16 horas, sede social. Presença: Totalidade. Mesa: Presidente: Edson Vicente da Silva Filho, Secretária: Gabriela Albuquerque Pace. Convocação: Dispensada. Ordem do Dia e Deliberações: 1. Aprovar a constituição de uma sociedade anônima sob a denominação de Crotone Empreendimentos e Participações S.A. 2. Aprovar o capital social inicial de R\$ 150,00, representado por 150 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 1,00 cada uma, totalmente subscritas neste ato. O Capital está totalmente integralizado, tendo sido constatada a realização em dinheiro, de R\$ 150,00 depositados em conta vinculada no Banco do Brasil S/A, nos termos dos artigos 80, III e 81 da Lei 6404/76, tudo de acordo com os Boletins de Subscrição e o Recibo de Depósito que constituem os documentos nºs. 01 e 02 anexos a Ata a que se refere esta Assembleia de Constituição. Aprovar o projeto de Estatuto Social da Cia, cuja redação consolidada constitui o documento no 03 anexo a ata a que se refere esta Assembleia de Constituição, dando-se assim por efetivamente constituída a Crotone Empreendimentos e Participações S.A. em razão do cumprimento de todas as formalidades legais. 8. Eleger o Sr. Edson Vicente da Silva Filho para o cargo de Diretor Presidente, e a Sra. Gabriela Albuquerque Pace, para o cargo de Diretora sem designação específica, ambos com mandato de 2 anos, os quais declaram não estarem incursos em nenhum dos crimes previstos em lei que os impeçam de exercer atividade mercantil, e ato contínuo tomaram posse mediante termo lavrado e arquivado na sede da Cia. Autorizar a lavratura da ata a que se refere esta Assembleia na forma sumária, nos termos do artigo 130, do § 1º da Lei 6404/76. Encerramento: A ata foi lida, aprovada e assinada pelos presentes. Acionistas: Gabriela Albuquerque Pace e Edson Vicente da Silva Filho. Certifico que a presente Ata é cópia fiel da via lavrada em livro próprio. SP, 13/05/2025. Edson Vicente da Silva Filho - Presidente, Gabriela Albuquerque Pace - Secretária. Estatuto Social - Capítulo - I - Da Denominação, Sede, Foro, Prazo de Duração e Objeto. Artigo 10 - A Crotone Empreendimentos e Participações S.A. é uma sociedade anônima, que se regerá pelas leis e usos do comércio, por este estatuto social e pelas disposições legais e aplicáveis. Artigo 20 - A sociedade terá por objeto a) Administração de imóveis próprios, e b) Participação em outras sociedades civis ou comerciais, como sócia, acionista ou quotista (holding). Artigo 30 - A Cia tem sede e foro em São Paulo - SP, podendo por deliberação da Diretoria, criar e extinguir filiais, sucursais, agências, depósitos e escritórios de representação em qualquer parte do território nacional ou no exterior. Artigo 4º - O jornal de grande circulação que a empresa utiliza para publicação de seus atos e documentos é o jornal Data Mercantil, de forma impressa e digital. Artigo 50 - A Cia iniciará suas atividades em 13 de maio de 2025, e seu prazo de duração será indeterminado. Capítulo - II - Do Capital Social e Ações - Artigo 60 - O Capital Social da Cia é de R\$ 150,00, dividido em 150 ordinárias todas nominativas e sem valor nominal. § 1º - Todas as ações da Cia serão nominativas, facultada adoção da forma escritural, em conta corrente de depósito mantida em nome de seus titulares, junto à instituição financeira indicada pela Diretoria, podendo ser cobrada dos acionistas a remuneração de que trata o § 3º do artigo 35 da lei 6.404/76. § 2º - A cada ação ordinária corresponde a um voto nas AGs. § 3º - A capitalização de lucros ou de reservas será obrigatoriamente efetuada sem modificação do número de ações. O agrupamento e o desdobramento de ações são também expressamente proibidos, exceto se previamente aprovado em Assembleia Especial, por acionistas representando a maioria das ações ordinárias. § 4º - Poderão ser emitidas sem direito de preferência para os antigos acionistas, ações, debêntures ou partes beneficiárias conversíveis em ações e bônus de subscrição cuja colocação seja feita por uma das formas previstas no artigo 172 da Lei 6.404/76, desde que a eliminação do direito de preferência seja previamente aprovada em Assembleia especial, por acionistas representando a maioria das ações ordinárias. § 5º - A alteração deste Estatuto Social na parte que regula a diversidade de espécies e/ou classes de ações não requererá a concordância de todos os titulares das ações atingidas, sendo suficiente a aprovação de acionistas que representem a maioria tanto do conjunto das ações com direito a voto, quando de cada espécie ou classe. § 6º - A emissão de debêntures conversíveis, bônus de subscrição, outros títulos ou valores mobiliários conversíveis em ações e partes beneficiárias, estas conversíveis ou não, bem como a outorga de opção de compra de ações dependerá da prévia aprovação de acionistas representando a maioria das ações de cada espécie ou classe de ações. Artigo 70 - Os certificados representativos das ações serão sempre assinados por dois Diretores, ou mandatários com poderes especiais, podendo a Cia emitir títulos múltiplos ou cauteles. § Único - Nas substituições de certificados, bem como na expedição de segunda via de certificados de ações nominativas, será cobrada uma taxa relativa aos custos incorridos. Artigo 80 - O montante a ser pago pela Cia a título de reembolso pelas ações detidas por acionistas que tenham exercido direito de retirada, nos casos autorizados por lei, deverá corresponder ao valor econômico de tais ações, a ser apurado de acordo com o procedimento de avaliação aceita pela Lei nº 9.457/97, sempre que tal valor for inferior ao valor patrimonial apurado de acordo com o artigo 45 da Lei nº 6.404/76. Artigo 90. - A Cia só registrará a transferência de ações se forem observadas as disposições pertinentes do Acordo de Acionistas, desde que esteja arquivado em sua sede. Capítulo - III - Da Administração - Artigo 100 - A Cia será administrada por uma Diretoria, composta por 2 Diretores, sendo um Diretor sem designação específica, residentes no País, acionistas ou não, eleitos e destituíveis pela AG, observado o disposto neste Estatuto. § 1º - O mandato da Diretoria será de 02 anos, permitida a reeleição, sendo o mandato prorrogado, automaticamente, até a eleição e posse dos respectivos substitutos. § 2º - A investidura dos Diretores far-se-á mediante termo lavrado no livro de "Atas das RD". Os Diretores eleitos serão investidos nos seus cargos pela própria AG, dispensadas quaisquer outras formalidades. § 3º - Em caso de vaga, será convocada a AG para eleição do respectivo substituto, que completará o mandato do Diretor substituído, com observância dos direitos de eleição em separado previstos no § 2º do artigo 50 deste Estatuto. § 4º - Em suas ausências ou impedimentos eventuais, os Diretores serão substituídos por quem vierem a indicar. § 5º - Compete a Diretoria conceder licença aos Diretores, sendo que esta não poderá exceder a 30 dias, quando remunerada. § 6º - A remuneração dos Diretores será fixada pela AG, em montante global ou individual, ficando os Diretores dispensados de prestar caução em garantia de sua gestão. Artigo

Cotação das Moedas



- Coroa (Suécia) - 0,5709
- Dólar (EUA) - 5,5119
- Franco (Suíça) - 6,8301
- Iene (Japão) - 0,03737
- Libra (Inglaterra) - 7,3363
- Peso (Argentina) - 0,004098
- Peso (Chile) - 0,005706
- Peso (México) - 0,2935
- Peso (Uruguai) - 0,1374
- Yuan (China) - 0,7673
- Rublo (Rússia) - 0,0689
- Euro (Unidade Monetária Europeia) - 6,3828



PUBLICIDADE LEGAL

CCAB Agro S.A.
CNPJ/MF nº 08.938.255/0001-01

As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida, e não devem ser consideradas isoladamente para tomada de decisão. As Demonstrações Financeiras completas, incluindo o respectivo relatório dos Auditores Independentes estão disponíveis no endereço eletrônico do presente jornal: https://datamercantil.com.br/publicidade_legal/

Balanco Patrimonial em 30 de junho de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)				Demonstração do Resultado – Exercícios findos em 30 de junho de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)				Demonstração dos Fluxos de Caixa – Exercícios findos em 30 de junho de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)			
Ativo	30/06/2025	30/06/2024	Passivo	30/06/2025	30/06/2024	30/06/2025	30/06/2024	30/06/2025	30/06/2024	30/06/2025	30/06/2024
Circulante			Circulante			Receita operacional líquida	1.641.808	1.035.532			
Caixa e equivalentes de caixa	42.453	41.292	Fornecedores	668.974	517.208	Custos dos produtos e mercadorias vendidos	(1.526.674)	(972.912)	Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Contas a receber de clientes	754.829	549.132	Empréstimos e financiamentos	183.274	160.842	Lucro bruto	115.134	62.620	Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(48.163)	(81.850)
Estoques	208.162	137.767	Partes relacionadas	185.468	142.863	Despesas operacionais			Ajustes para conciliar o prejuízo antes dos impostos de renda e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Impostos a recuperar	68.768	50.765	Instrumentos financeiros derivativos	77.226	4.556	Despesas com vendas	(106.431)	(45.891)	Depreciação e amortização	2.714	2.412
Partes relacionadas	1.347	1.010	Obrigações com pessoal	5.841	6.042	Despesas administrativas e gerais	(61.790)	(49.003)	Resultado na baixa de ativos imobilizado e intangíveis	174	2.074
Instrumentos financeiros derivativos	18.252	58.788	Impostos e contribuições a recolher	4.127	2.208	Outras despesas operacionais	(14.631)	(49.344)	Resultado na baixa de ativos de direito de uso	(7.657)	586
Outros ativos circulantes	10.219	32.569	Passivo de arrendamento	2.536	2.507	Total das despesas operacionais	(182.852)	(144.238)	Perda em créditos sobre as contas a receber	5.768	(8.609)
	1.104.030	871.323	Outros passivos circulantes	56.574	17.478	Despesas financeiras	(207.753)	(164.741)	Perda em créditos sobre outras contas a receber	(1)	(981)
				1.184.020	853.704	Receitas financeiras	227.308	164.509	Provisão (reversão) para realização de estoque	(45.656)	46.521
Não circulante			Não circulante			Resultado financeiro líquido	19.555	(232)	Provisão (reversão) para desconto pontualidade	(964)	(35)
Contas a receber de clientes	45.019	50.248	Passivo de arrendamento	3.354	4.419	Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(48.163)	(81.850)	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(1.006)	408
Impostos diferidos	145.053	115.035	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	5.332	6.338	Imposto de renda e contribuição social – corrente e diferido	16.014	55.577	Ajuste à valor presente	1.762	16.378
Outros ativos não circulantes	853	2.296	Patrimônio líquido			Prejuízo líquido do exercício	(32.149)	(26.273)	Ganho com instrumentos financeiros derivativos não realizada	35.546	(22.145)
Ativos mantidos para venda	3.500	3.500	Capital Social	110.198	110.198				Encargos Financeiros sobre mútuo	20.449	17.803
	194.425	171.079	Reserva de capital	107.523	107.523				Encargos Financeiros sobre arrendamento	373	1.016
Imobilizado	713	1.361	Reserva de lucros	(16.457)	15.692				Encargos Financeiros provisionados – terceiros	22.879	20.075
Ativos de direito de uso	4.727	5.866	Outros resultados abrangentes	(27.328)	1.617				Variação cambial não realizada	(77.310)	102.315
Intangível	62.747	49.862		173.936	235.030					(91.092)	95.968
	68.187	57.089									
Total do ativo	1.366.642	1.099.491	Total do passivo e patrimônio líquido	1.366.642	1.099.491						

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido 30 de junho de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)						
	Reserva de capital		Reservas de lucros			Outros resultados abrangentes
	Capital social de ações	Reserva de capital Legal	Reserva Retenção de lucros	Reserva para incentivos fiscais	Lucros acumulados	
Saldos em 1º de julho de 2023	110.198	28.324	79.199	2.701	39.264	(6.093)
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	(26.273)
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	(26.273)
Mensuração de instrumentos financeiros, líquidos de impostos	-	-	-	-	-	7.710
Total de resultados abrangentes, líquido de impostos	-	-	-	-	-	7.710 (18.563)
Transação com acionistas e constituição de reservas	-	-	-	-	-	-
Constituição de Reserva para incentivos fiscais	-	-	-	-	82.938	(82.938)
Saldos em 30 junho de 2024	110.198	28.324	79.199	2.701	122.202	(109.211)
Saldos em 1º de julho de 2024	110.198	28.324	79.199	2.701	122.202	(109.211)
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	(35.991)
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	(35.991)
Mensuração de instrumentos financeiros, líquidos de impostos	-	-	-	-	-	(28.945)
Total de resultados abrangentes, líquido de impostos	-	-	-	-	-	(35.991) (28.945) (61.094)
Transação com acionistas e constituição de reservas	-	-	-	-	-	-
Constituição de Reserva para incentivos fiscais	-	-	-	-	49.204	(49.204)
Saldos em 30 junho de 2025	110.198	28.324	79.199	6.543	171.406	(194.406) (27.328) 173.936

Diretoria	Contador
Eric Charles Seban – Diretor Executivo	João Victor Viana da Costa – CRC 1PR 058.178/0-9 T-SP

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da CCAB Agro S.A. – São Paulo-SP

Opinião com ressalva: Examinamos as demonstrações financeiras da CCAB Agro S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 30 de junho de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalva:** Conforme descrito na nota explicativa 16, em 24 de dezembro de 2021 foi publicada a Solução de Consulta nº 1.009 – SRRF01/DISIT, por meio da qual a Receita Federal estabeleceu o entendimento de que poderá ocorrer a exclusão dos valores de subvenção do ICMS da base de cálculo do IRPJ e da CSLL desde que tenham sido concedidos como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos. Amparada na referida Solução de Consulta, a Companhia apurou o montante de R\$67.463 mil, pagos a maior no período de 2016 a 2019. Entretanto, até 30 de junho de 2023, a Companhia havia contabilizado apenas os créditos referentes aos anos de 2016 a 2018, no montante de R\$44.730 mil, sendo R\$ 39.264 mil de principal e R\$5.466 mil de juros, alegando que contabilização da parcela remanescente será realizada de acordo com a autorização do crédito tributário pela Receita Federal do Brasil (RFB). Com a referida decisão do RFB e a autorização do crédito do processo em andamento de forma favorável é praticamente certo que benefício econômico fluirá para a Companhia. O Pronunciamento Técnico CPC 32 – Tributos sobre lucros determina que, quando for praticamente certo que o benefício fluirá para a Companhia e pode ser mensurado de forma confiável, o seu reconhecimento é adequado. Em 2024, a Companhia decidiu contabilizar os créditos residuais atualizados referentes ao ano de 2019 totalmente no resultado do exercício em desacordo com o período de competência. Consequentemente, o resultado do exercício findo em 30 de junho de 2024 está registrado a maior em R\$33.253 mil. Nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras para o exercício findo em 30 de junho de 2024 conteve modificação. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras do exercício corrente também incluiu modificação em decorrência do efeito desse assunto sobre a comparabilidade dos valores do exercício corrente e valores correspondentes. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de

São Paulo, 25 de julho de 2025.
Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda. CRC SP - 034.519/O
Maurício Mito Yuhara – Contador CRC SP - 260.523

DATA MERCANTIL

SEMPRE DIVULGANDO SUAS INFORMAÇÕES E NÚMEROS COM TRANSPARÊNCIA, SEGURANÇA E QUALIDADE.

FALE CONOSCO POR E-MAIL
comercial@datamercantil.com.br

datamercantil.com.br

MCF Construções e Terraplenagem Ltda.
CNPJ/MF nº 52.721.912/0001-56

Convocação para Reunião Extraordinária de Sócios

A MCF Construções e Terraplenagem Ltda., sociedade limitada, inscrita no CNPJ sob o nº 52.721.912/0001-56, com sede no Largo São Francisco, 181, Sala 707, Bairro Sé, São Paulo/SP, por meio de sua sócia-administradora, convoca seus sócios para a Reunião Extraordinária de Sócios a ser realizada no dia 12/08/2025, às 10h, no escritório Sanseverino Advogados na Avenida Padre Pereira de Andrade, nº 601, Boacava, São Paulo/SP, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) Alteração da Cláusula 6º do Contrato Social, visando à exclusão da prática de Atos de Administração de Sócios da Sociedade; a. exclusão da sócia Sra. Monique de Carvalho da Administração da Sociedade; b. exclusão do sócio Sr. Marco Valverde Gomes da Administração da Sociedade. (ii) Alteração da Cláusula 6º do Contrato Social – Da Administração, caso aprovada a deliberação do item (i) acima. (iii) Alteração do sócio responsável pela área técnica de engenharia no Contrato Social. São Paulo, 04 de agosto de 2025. **Camerina Martina da Silva** – Sócia-Administradora. **MCF Construções e Terraplenagem Ltda.** (05, 06 e 07/08/2025)

Acesse o nosso site e fique por dentro das principais notícias do dia:
datamercantil.com.br

NEGÓCIOS

Setor mineral tentará incluir cobre e vanádio na lista das exceções de sobretaxa de Trump



O Ibram (Instituto Brasileiro de Mineração) quer incluir o o cobre e o vanádio na lista de exceções à sobretaxa de 50% imposta pelos Estados Unidos aos produtos brasileiros, afirmou nesta terça-feira (5) o diretor-presidente da instituição, Raul Jungmann.

Esses são os dois itens que o Brasil vende aos EUA e que não foram excetuados pelo governo dos EUA no último dia 30.

Uma das cartas que podem ser usadas pelo Brasil para convencer os americanos a liberar esses produtos é uma negociação sobre minérios críticos, disse o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, em entrevista à BandNews

na segunda-feira: "Temos minerais críticos e terras raras. Os EUA não são ricos nesses minerais. Podemos fazer acordos de cooperação para produzir baterias mais eficientes".

Jungmann afirmou que soube desse argumento de Haddad pela imprensa e que isso é algo que o governo deve decidir.

O representante do setor disse que, para a mineração brasileira, seria interessante firmar parcerias com os americanos para transferência de tecnologia, aumento de investimentos e intensificação do comércio.

"Há um enorme interesse global sobre esses minerais [de terras raras], principalmente a partir da pandemia. Eles são funda-

mentais para tecnologia, para chips, semicondutores, para o setor de defesa e para a transição para uma economia renovável. Isso despertou a atenção e, no dia 17 de junho, teve reunião do G7 que foi concluída com uma declaração sobre minerais críticos estratégicos. É uma demanda global, todos estão preocupadas com o controle dos suprimentos."

Há uma mineradora que opera no Brasil, a Serra Verde, de propriedade de dois fundos americanos e um britânico, que produz minérios de terras raras.

Segundo o instituto, 75% das exportações brasileiras de minérios ao mercado americano não foram sobretaxadas em 50%.

Felipe Gutierrez/Folhapress

Embraer tem prejuízo de R\$ 53,4 mi no segundo trimestre e calcula impacto de tarifaço

A Embraer anunciou nesta terça-feira (5) que registrou um prejuízo líquido de R\$ 53,4 milhões no segundo trimestre deste ano. No mesmo período de 2024, a fabricante brasileira teve lucro de R\$ 415,7 milhões.

Apesar disso, as receitas tiveram um crescimento de quase 31% em relação ao segundo semestre do ano passado e chegaram a R\$ 10,3 bilhões no mesmo período de 2025, o que representa um recorde histórico para um segundo trimestre da companhia.

No segundo trimestre, a Embraer entregou 61 aeronaves, aumento de 30% em relação ao mesmo período de 2024. Ao dividir por segmento, foram entregues 19 jatos comerciais (dez do modelo E2 e nove do modelo E1) e 38 jatos executivos (21 leves e 17 médios). Já o segmento de defesa entregou quatro aviões, todos do modelo A-29 Super Tucano.

A carteira total de pedi-

dos atingiu US\$ 29,7 bilhões no segundo trimestre, um novo recorde histórico para a empresa.

A Embraer manteve as estimativas de entregas para 2025. A previsão é que sejam entregues de 77 a 85 aeronaves comerciais e de 145 a 155 aviões executivos (jatinhos).

A empresa prevê uma receita total entre US\$ 7 e US\$ 7,5 bilhões para este ano, com margem EBIT ajustada entre 7,5% e 8,3% e fluxo de caixa livre ajustado de pelo menos US\$ 200 milhões.

De acordo com a companhia, os resultados do segundo trimestre não foram significativamente impactados pelas tarifas aplicadas pelos Estados Unidos (EUA). Apesar disso, para este ano, a Embraer prevê um custo de US\$ 65 milhões em pagamento de tarifas na exportação de componentes para os EUA -até o momento, 20% desse valor já incidiu sobre as contas da empresa.

Folhapress

iFood projeta 1 bilhão de pedidos por ano e diz que Previdência é impasse com governo

O iFood projeta investir R\$ 17 bilhões nas operações em 2026 e ampliar o número de pedidos para 1 bilhão por ano dentro dos próximos três anos, mas ainda não conseguiu resolver um dos principais problemas que os aplicativos enfrentam no Brasil e no mundo, que é a regulamentação dos entregadores.

Os investimentos foram anunciados nesta terça-feira (5) por Diego Barreto, CEO do aplicativo, no evento iFood MOVE 2025, na zona sul da capital paulista, que enfrentou protestos de entregadores pela manhã. A empresa também vai passar a oferecer empréstimo aos consumidores.

Segundo Barreto, as contribuições à Previdência Social da forma como foram

propostas no PLP 12 (projeto de lei complementar), enviado pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Congresso em 2024, são o grande impasse para a regulamentação da categoria.

"O projeto tem consenso em 90% dos pontos, só falta uma, que é a Previdência. A gente só precisa sentar e acertar essa", disse.

Em protesto com poucos trabalhadores na manhã desta terça, em frente ao local do evento, faixas tratavam a atividade como "escravidão moderna".

O PLP 12 foi enviado ao Congresso em março de 2024 após negociação de oito meses entre plataformas, Executivo e trabalhadores. Ele prevê ganho mínimo aos profissionais, contribuição ao INSS de

7,5%, transparência no algoritmo e cria a categoria de trabalhador autônomo por plataforma.

A proposta, no entanto, não inclui o setor de duas rodas como o delivery de motos e bicicletas, abrangendo apenas os que trabalham com transporte de passageiros. O motivo foi justamente a falta de consenso da categoria sobre ganho mínimo e INSS.

Barreto afirma que o problema está no cálculo do valor a ser pago pelo entregador para a Previdência. Como o recolhimento seria feito de forma automática pela plataforma, todos iriam contribuir, mas poucos somariam a contribuição mínima sobre o salário mínimo que garante benefícios previdenciários.

Folhapress

